

A LIGA BRASILEIRA PELOS ALIADOS E A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL BRASILEIRA: IDEIAS E TENSÕES NOS ANOS DA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL (1914-1919)

LIVIA CLARO PIRES*

Resumo: Em 1915, foi fundada no Rio de Janeiro a Liga Brasileira pelos Aliados. A associação foi organizada por José Veríssimo, Graça Aranha, Eliseu Montarroyos e Araújo Gonçalves, com o objetivo de promover a campanha da Tríplice *Entente* na Primeira Guerra Mundial. Enquanto o conflito desenvolvia-se no *front*, esses intelectuais promoviam festas beneficentes e conferências públicas para arrecadar fundos aos soldados feridos. No entanto, a sua principal forma de atuação eram os boletins divulgados na imprensa carioca, promovendo as afirmações veiculadas pela propaganda aliada nos continentes, buscando, sobretudo, ecoá-las na formação nacional brasileira. Assim, o presente trabalho pretende analisar brevemente a atuação da Liga pelos Aliados ao longo da guerra, seu discurso defensor da *Entente* e os entendimentos do que seria a identidade nacional brasileira a partir do contexto do conflito de 1914.

Palavras-chaves: Primeira Guerra Mundial, Nação, Intelectuais.

Abstract: The Brazilian League for the Allies was founded in 1915, at Rio de Janeiro. The association was organized by José Veríssimo, Graça Aranha, Eliseu Montarroyos and Araújo Gonçalves. They intended to promote the Entente campaign on the First World War, and they waged fundraiser events and public conferences with this goal. Their leading way to promote their causes was their bulletins published on carioca newspapers, inspired by the ally propaganda. However, their papers also intended to prepossess the Brazilian national

Artigo recebido em 31 de Março de 2014 e aprovado para publicação em 11 de Julho de 2014.
Trabalho apresentado na mesa *Periódicos no Brasil Republicano*.

* Mestre em História Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: liviaclarop@gmail.com

formation. This article seeks to analyse the Brazilian League for the Allies over the years of First World War, their reasoning about the Entente and the Brazilian national identity in the context of the warfare.

Keywords: First World War, Nation, Intellectuals.

Introdução

No ano de 1983, o cientista político Benedict Anderson publicou a obra *Comunidades Imaginadas*, na qual objetivou compreender e, por conseguinte, contribuir para a reflexão acerca do conceito de nação. Estabeleceu, dessa forma, a noção de *comunidades imaginadas*, que dá título ao livro supracitado. Segundo Anderson, as nações são agrupamentos políticos edificados por um sentimento de pertença cultivado entre os seus componentes, definido pelo autor como *nacionalismo*.

O cientista político atribuiu a alguns fatores a capacidade de estimular o desenvolvimento daquele sentimento forjador da nação moderna, dentre os quais se destaca o surgimento do *capitalismo editorial*. A formação de um mercado editorial permitiu a difusão de valores e condutas a partir de então internalizadas como *comuns* e definidoras da nacionalidade, condicionando o pertencimento ao grupo. Nesse sentido, pode-se inferir a contribuição da atividade intelectual para a construção da *comunidade imaginada*.

Escritores, linguistas, filósofos, historiadores, publicistas e outros letrados, puseram em suas obras diversas os elementos que acreditavam compor as identidades nacionais. Em seus estudos científicos e literaturas, criaram e afirmaram dispositivos que provocaram outro sentimento, intrínseco ao esmiuçado por Benedict Anderson: o sentimento de pertença. Paralelamente, afirmando quem e como se era aceito no seio de uma nação, estes intelectuais definiram o *outro*, o excluído, aquele que não reunia as características definidoras do integrante da comunidade nacional.

No início do século XX, intelectuais brasileiros alocados nos grandes centros urbanos concentravam-se no debate acerca dos elementos constitutivos da identidade nacional. A língua, a literatura, a história, a geografia, o folclore, dentre outros, em seus diversos assuntos, eram aceitos, descartados e discutidos pelos homens de letras. Mas esses sujeitos não se concentravam unicamente em tais instâncias. A política estava sempre presente, perpassando as ideias, as afirmações e as oposições, exibindo uma preocupação constante com a formação da nação republicana brasileira, num contexto em que o regime

monárquico – então recentemente abolido – precisava ser definitivamente encerrado, e o Estado republicano, fortalecido.

Doravante, busca-se compreender o projeto nacional edificado pela Liga Brasileira pelos Aliados, associação formada por intelectuais brasileiros durante a Primeira Guerra Mundial. O grupo, embora objetivasse defender a *causa aliada* no Brasil, continha em suas afirmações uma interpretação do que seria a identidade e a República brasileiras, estabelecendo aqueles que deveriam pertencer a ela, e os que deveriam ser excluídos do convívio nacional.

Nação e guerra

Os homens de letras imaginavam o Brasil como um conjunto político e cultural, assentado sobre território, idioma e cultura estritamente delimitados. No entanto, era uma comunidade em vias de modificação. As alterações deveriam ser feitas no sentido de unificar as diferenças regionais, aplacar as divergências, criando uma identidade coletiva a respeito do Brasil e do brasileiro. Por conseguinte, precisava renovar o sentimento de pertença entre os seus membros sobre bases novas, por eles consideradas civilizadas. Dessa forma, os pensamentos nacionalistas desenvolvidos com o advento do regime republicano sofreram a influência de aspectos tanto políticos, quanto culturais.

A origem nacional era alocada por esses pensadores incontestavelmente no período colonial; ou seja, um país de raízes branca e europeia. Relacionando a construção de uma literatura brasileira com a da nação, escritores como José Veríssimo, Afrânio Coutinho e Afonso Arinos – embora discordantes quanto ao tempo exato da natalidade - instituem o nascimento do Brasil entre os anos da dominação portuguesa (OLIVEIRA, 1990: 77-79). Dessa forma, fixou-se um parentesco com a Europa, laços de sangue que não permitiriam o mesmo tratamento dispensado às comunidades africanas ou aos antigos impérios asiáticos, submetidos ao imperialismo europeu ao final do século XIX. Do Velho Continente, os brasileiros eram descendentes, herdeiros e continuadores, mas não subalternos. Formavam uma comunidade emparelhada com a Europa, diferenciada não por capacidade, mas por fases históricas. No entanto, a influência europeia e seu lugar na definição da cultura nacional também eram motivo de problematização e debates perenes.

A origem continental não servia como garantia de uma aprovação unânime entre os intelectuais brasileiros. Estes distinguiram as expressões culturais advindas do outro lado do Atlântico, baseados, sobretudo, no critério da nacionalidade. As interferências

oriundas, sobretudo, da França, da Inglaterra e do Império Alemão eram bem-vistas por uns, repudiadas por outros. Porém, a influência cultural lusitana foi o objeto de discordância fundamental, ora como elemento de repulsa, ora de valorização. O antilusitanismo na sociedade brasileira à época conformava-se com a imagem do monarquista inimigo da República, a do colonizador responsável pelas mazelas nacionais, e a do estrangeiro usurpador e explorador, em razão da predominância lusa na posse das casas de comércio e imóveis, principalmente os residenciais (OLIVEIRA, 2002: 344). Para os que se posicionavam a favor do reconhecimento da relevância cultural portuguesa, os principais argumentos eram: de Portugal, o Brasil teria herdado a língua, a raiz cultural latina, a identificação com o passado greco-romano, a conformação como nação ocidental e, principalmente, a ordenação política e unidade territorial, diferenciando o país dos seus vizinhos sul-americanos, de uma forma positiva.

Apesar da patente influência dos valores da Europa sobre os pensamentos nacionalistas brasileiros, havia um movimento de vozes destoantes a tal hegemonia. Para este, valia, sobretudo, a afirmação contida no Manifesto Republicano de 1870: “Somos da América, e queremos ser americanos.” Voltar-se para o Novo Mundo era uma opção vigente para esta parcela da intelectualidade brasileira, inspirada pelas ideias pan-americanistas presentes na época. As correntes nacionalistas que suportavam essa tendência, em geral, tinham nos Estados Unidos a representação da República coesa e bem-sucedida, com sua economia ascendente e sociedade pragmática. O modelo estadunidense constituía em um exemplo para o Brasil, pois serviria à reafirmação dos seus valores republicanos, além de legitimar a liderança política brasileira sobre os países da América do Sul – por expor um pretenso paralelismo político-ideológico com o “grande irmão do Norte”.

Agosto de 1914 veio a questionar os arquétipos de civilidade perseguidos até então. Ironicamente, os bastiões da civilização moderna escolheram o modo mais primitivo da humanidade – a guerra – para resolverem suas diferenças de todas as ordens. Enquanto o governo brasileiro preocupou-se em manifestar sua neutralidade diante do conflito, os intelectuais alocados no Rio de Janeiro assumiram posicionamento definidos perante os blocos combatentes. Uma atitude previsível, uma vez que entravam em choque no *front* não apenas países, mas, como visto acima, culturas e modelos civilizacionais há muito estimados por esses homens. A partir daquele momento, iriam defendê-los ou abandoná-los definitivamente, decepcionados com o banho de sangue que se seguiria ao atentado de Sarajevo.

Desapontamento com os moldes culturais do Velho Continente, não foi, em definitivo, a sensação experimentada por José Veríssimo, Graça Aranha, Eliseu Montarroyos, Araújo Gonçalves e Antônio Reis Carvalho. Os cinco homens residentes no Rio de Janeiro foram os responsáveis pela fundação da Liga Brasileira pelos Aliados, associação que se tornou reduto das simpatias em direção à *Entente* no Brasil durante os anos da guerra.

Conforme se lê em seu termo de adesão, a Liga era formada com o objetivo de *prestar assistência moral e beneficência a essas nações [...], organizar as simpatias brasileiras em prol dos aliados*. Não poupando esforços para este fim, a entidade promoveu grandiosos eventos beneficentes para arrecadar fundos às vítimas da guerra de nacionalidade aliada, organizou palestras abertas ao público, convidou religiosos, intelectuais e artistas europeus para virem ao Rio de Janeiro, contactou agentes do corpo diplomático presente no Brasil. Suas ações eram divulgadas na imprensa fluminense por meio de boletins, onde suas atividades, correspondências e pareceres eram expostos¹.

A identificação da associação com a causa aliada não foi empreendida unicamente por questões propriamente bélicas. A principal justificativa do grupo às suas ações, construída ao longo dos seus anos de atuação, foi a compatibilidade cultural entre o Brasil e as nações aliadas, em especial a França. Todos, segundo a Liga, seriam herdeiros do legado greco-romano, pertencendo ao grupo dos *latinos*, povos que tinham, dentre outras características em comum, sua língua pátria derivada do latim e/ou que adotaram como base jurídica de suas constituições o direito romano.

A pretensa filiação brasileira com as civilizações clássicas era uma afirmação corrente entre parte da intelectualidade do país nos anos que precederam à guerra europeia. De acordo com Brito Broca, o movimento literário parnasiano valorizou as referências culturais advindas da Grécia e Roma antigas. Este resgate se deu na forma de citações constantes aos filósofos gregos, menções à mitologia romana, e mesmo comparações inusitadas entre o Rio de Janeiro e a Atenas antiga, equiparando acontecimentos cotidianos daquela cidade com momentos marcantes da história clássica. Vide o exemplo de Olavo Bilac

¹ A organização mantinha em seu quadro de membros uma composição heterogênea quanto às suas ocupações. Médicos, engenheiros, políticos, militares, professores, ensaístas, jornalistas e romancistas eram algumas das profissões dos seus associados. Porém, em comum, apresentavam o fato de integrarem a elite cultural da capital. Eram sujeitos que transitavam entre as altas rodas da sociedade fluminense, notoriamente conhecidos e pertencentes à *cidade das letras*, em sua maioria, a exemplo de José Veríssimo e Graça Aranha. O termo *cidade das letras* foi criado por Angel Rama, em livro que leva o mesmo título. A categoria agrega núcleos urbanos de final do século XIX e início do XX, em que a atividade intelectual possui notável influência e onde os homens de letras buscam influenciar tanto na condução política das nações, quanto na formação cultural das mesmas.

que relacionou as competições de regatas em Botafogo à batalha de Salamina (BROCA, 1990: 102-103).

A literatura expressava, no entanto, algo para além da escolha de estilo ou temática. Alguns intelectuais reivindicavam as origens greco-latinas da cultura brasileira, adquiridas através da colonização portuguesa. Com a eclosão da guerra, este argumento foi fartamente utilizado por aqueles que defendiam as ações da *Entente*, sobretudo pelos membros da Liga pelos Aliados.

Graça Aranha, fundador e representante da Liga em Paris, fez uso dessa alegação no prefácio do livro *O plano pangermanista desmascarado*, do francês André Chéradame, publicado em 1917 no Brasil. O diplomata brasileiro postulava a contenção da imigração alemã no país, bem como a restrição de sua participação em atividades políticas e econômicas nacionais. De acordo com Aranha, a única imigração benéfica ao país seria a de povos ditos latinos, pois compartilhariam uma origem comum com os brasileiros, não ameaçando corromper as matrizes culturais da nação com elementos estranhos a ela (CHÉRADAME, 1917: XVII). O prefaciador iria além: afirmaria a necessidade da imediata declaração de guerra ao Império Alemão, como forma de repelir a ameaça germânica do território brasileiro e garantir uma posição de destaque do Brasil no cenário internacional².

Os apelos de Graça Aranha para a entrada do país na guerra foram atendidos alguns meses após a publicação do livro do cientista político francês. O Congresso Nacional aprovou, em 26 de outubro de 1917, o projeto nº 307, composto de um único artigo, em que se lia:

Fica reconhecido e proclamado o estado de guerra iniciado pelo Império Alemão contra o Brasil e autorizado o Presidente da República a adotar as providências constantes da mensagem de 25 do corrente, e tomar todas as medidas de defesa nacional e segurança pública, que julgar necessárias, abrindo os créditos precisos ou realizando as operações de crédito que forem convenientes, para esse fim (PRAZERES, 1918: 66).

O Brasil estava em guerra com a Alemanha após uma série de incidentes envolvendo navios mercantes brasileiros e submarinos alemães; pressões econômicas inglesas; e enormes prejuízos comerciais. A Liga pelos Aliados, expressando sua aprovação ao governo, enviou ao ministro Nilo Peçanha um telegrama em que aplaudia “calorosamente o ato do Governo reconhecendo-se em estado de guerra aberta contra os inimigos da luz, da

² Torna-se necessário afirmar o teor da obra que Graça Aranha prefaciava. O livro de André Chéradame constituía em uma denúncia de um suposto plano de dominação mundial, arquitetado pelo II Reich. A principal tese do autor era que a guerra iniciada em 1914 consistia em uma etapa calculada de um projeto germânico, para subjugar a região balcânica, parte da Ásia e da África, e a América do Sul, incluindo o Brasil.

liberdade e da civilização”³. E, a partir daquele mês, a entidade assumiu uma aberta luta contra o chamado *perigo alemão*.

Segundo René Gertz, a ideia do *perigo alemão* remonta ao início da imigração teuta no Brasil, em 1824, em que se acusavam os germânicos de se manterem à parte da comunidade nacional brasileira. A queixa da não integração desses imigrantes ganharia, segundo o historiador, novas dimensões a partir da formação do Reich e seu propalado expansionismo, no ano de 1871. A partir de então, a suposta auto segregação dos imigrantes alemães ganhou contornos conspiratórios: de elementos isolados passaram a agentes do imperialismo teutônico em solo brasileiro, e potencial ameaça contra a integridade nacional⁴.

Circulando no seio da intelectualidade brasileira desde então, a ideia do *perigo alemão* adquiriu tanto defensores, quanto opositores incrédulos. Entre os mais ferrenhos arautos de sua existência, estava o crítico literário Sílvio Romero. Na sua concepção, a diferença cultural e racial existente entre os alemães e os brasileiros tornava o imigrante germânico inassimilável, formando, assim, núcleos isolados. Tais comunidades, prósperas economicamente e apartadas da nação brasileira, buscariam a independência política do Estado republicano, fracionando o território. Essa definição do *perigo alemão* foi defendida por Romero, primeiramente, numa conferência no Real Gabinete Português de Leitura, intitulada *O elemento português no Brasil*. Em 1906, seria em parte modificada no livreto *O alemanismo no sul do Brasil*⁵.

Nesta publicação, o autor atestava que o desejo dos colonos alemães de tornarem-se independentes estava intimamente relacionado ao plano pangermânico do Império Alemão, voltado para a conquista tanto de colônias no sentido clássico, quanto para a

³ *Jornal do Comércio*, 30/10/1917, p. 3.

⁴ O receio de alguns intelectuais brasileiros diante do “perigo alemão” não era de todo infundado. A historiadora Giralda Seyferth afirma que, por volta do ano de 1890, a ideia do pangermanismo e da superioridade racial dos alemães difundiu-se pelas colônias germânicas do sul do Brasil, por meio da propaganda da Liga Pangermânica, instituída na Alemanha ao final do século XIX. A associação defendia a tese do espaço vital, a superioridade germânica e o pertencimento ao Império Alemão de qualquer comunidade onde houvesse súditos alocados. A retórica da Liga Pangermânica era reforçada por teóricos teutos, que defendiam a colonização das repúblicas sul-americanas, publicando livros e artigos enunciando essas propostas. Dentre estes, menciona-se a obra de Otto Tannenberg, largamente citada pelos defensores da existência do “perigo alemão”, *Gross-Deutschland die arbeit des 20*, publicada em 1911. O livro continha um mapa da América do Sul, em que os estados do Rio Grande, Santa Catarina e Paraná apareciam marcados como território alemão. Soma-se a esse quadro as denúncias estadunidenses e britânicas das intenções imperialistas da Alemanha no continente sul-americano, contribuindo para reforçar as desconfianças brasileiras em relação aos imigrantes alemães. Ver Seyferth (1993).

⁵ Na conferência, Sílvio Romero defendeu a priorização da corrente migratória lusitana sobre as das demais nacionalidades. O português, segundo Romero, merecia preferência por sua compatibilidade cultural, uma vez sendo o Brasil uma nação luso-americana. O estímulo à vinda de imigrantes de outras procedências, de culturas incompatíveis, não era apenas uma interrupção à evolução histórica, política e social do país, como uma ameaça à integridade pátria, de acordo com o conferencista.

ocupação de áreas despovoadas em países independentes. Em posses dos imigrantes teutos, essas regiões manter-se-iam sob a influência econômica e política do Reich. O sul do Brasil, por abrigar parte substancial da comunidade alemã no exterior, sofreria a bravata, segundo Romero, de ser subtraída do conjunto nacional.

Já entre os descrentes dessa possibilidade, estava Euclides da Cunha, que classificou tal ameaça como um “imperialismo platônico”, afirmando: “Um simples, o mais apagado lance de vista sobre o atual momento histórico, revela que a Alemanha não pode abalar-se, tão cedo, a empresas de tal porte”. Outro que também via com ceticismo o “perigo alemão” foi Alcides Munhoz, que combateu as afirmações de Sílvio Romero sobre as ambições imperialistas da Alemanha em solo brasileiro, atribuindo as denúncias do crítico sergipano a sua ignorância da realidade social (MARTIN, 1970: 330-332).

Certamente, este nunca fora o posicionamento da Liga pelos Aliados a respeito desse tema. Para a associação, o imperialismo promovido pelo Estado teutônico pretendia estender seus domínios sobre a região sul do país, com o auxílio dos seus súditos ali instalados.. Embora secundário, esse era um assunto sempre presente em seus boletins e no discurso dos seus principais consócios. Quando da eclosão da guerra, José Veríssimo, que de longa data expressava sua preocupação com a unidade do território brasileiro, dedicou-se a denunciar a existência da ameaça germânica. Um mês antes da formação da Liga, em 14 de fevereiro de 1915, publicou no *Jornal do Comércio* o artigo “O perigo alemão”, em que alertava os leitores das consequências nefastas que a concentração de colônias germânica no sul do país poderia trazer. Veríssimo culpava a equivocada política imigratória e de povoamento desenvolvida pelos sucessivos governos por aquela situação, mas reconhecia também a contribuição do caráter nacional dos alemães, que “escondem um fundo e enorme orgulho de raça, e um inconcusso sentimento da sua superioridade, em relação a nós”. Corpos estranhos dentro do organismo brasileiro, segundo a linguagem biológica do preocupado autor, e insuflados pelo “firme propósito de predomínio mundial” do seu Império, enquanto não fossem abraçados por ações sistemáticas do Estado, os imigrantes alemães seriam um fator de enfraquecimento da unidade nacional e uma contribuição para o aumento das dissidências entre o norte e o sul do país. A inconsistência da nacionalidade brasileira aumentava o potencial dessa ameaça, quando comparada à presença de alemães em outros países mais solidamente constituídos, como os Estados Unidos. No entender de Veríssimo:

Ora, se isto se passa nessa vigorosa nação que é os Estados Unidos, com toda a sua formidável capacidade de assimilação dos elementos estrangeiros, que seria no Brasil, “imberbe e fraco”, se nós continuássemos a errada política de amontoar alemães e favorecer lhes o bom sucesso, esquecidos de que ainda naturalizados, e

até aparentemente nacionalizados brasileiros, eles não deixam de ser alemães, e, dado a ocasião, prontos a sobrepor os interesses da Alemanha aos nossos.⁶

Ao longo de sua existência, a Liga permaneceu defendendo as palavras do seu falecido fundador, e mesmo renovando o seu discurso. Em abril de 1917, a entidade lançou um protesto na imprensa reprovando o envio de ajuda militar aos Aliados.⁷ A moção ao governo poderia ser interpretada como um ato contraditório, mas a associação apresentou suas justificativas: o auxílio militar era mínimo, não bastando o envio de “meia dúzia de esquadras” para o teatro de guerra, mas “a ação imediata e eficiente de acordo mesmo com os desejos manifestados pelos nossos aliados.”⁸ Segundo a entidade, a ação requisitada pelos irmãos de armas do Brasil era a perseguição política dos partidários da Alemanha, a restrição dos direitos econômicos e políticos dos imigrantes germânicos, além da declaração de guerra à Áustria-Hungria, à Turquia e à Bulgária, parceiros do Império Alemão no conflito. Impetravam essas demandas em nome dos interesses da nação, velando também pelos interesses da *Entente*, pois considerava uma injustiça que “[...] estejam morrendo nos campos da França os nossos valentes irmãos da grande aliança, os gloriosos Franco-britânicos, enquanto os alemães aqui domiciliados gozam cinicamente a vida, aplaudindo os feitos miseráveis dos seus corrêus europeus”⁹. Assim, a Liga Brasileira pelos Aliados esperava que o Presidente da República soubesse “cumprir o imperioso dever que lhe aponta a consciência nacional, não traindo, por inqualificável inércia, a santa causa aliada”¹⁰.

A associação marcou o último ano da guerra com os mesmos argumentos. Manteve sua atitude aguerrida na campanha contra o que consideravam uma ameaça nacional, clamando por punição contra os “maus brasileiros” que auxiliassem “os teutos e seus cúmplices” contra a “Santa Causa”. Expressava, da mesma forma, sua aprovação à

⁶ *Jornal do Comércio*, 14/2/1915, p. 4.

⁷ Ao final do ano de 1917, começou-se a cogitar o envio de auxílio militar às tropas aliadas, como forma de garantir a participação brasileira nas conferências de paz. Após negociação com as forças da *Entente*, que incluiu a cessão dos navios alemães em águas brasileiras aos franceses, o Brasil acertou uma série de contribuições para o teatro de guerra, dentre elas o envio de um grupo de aviadores para serem treinados na Inglaterra, nos Estados Unidos e na França; a instalação de um hospital em Paris, chefiado por uma missão médica brasileira; e a expedição de uma divisão naval para contribuir com a Marinha britânica no patrulhamento da costa ocidental africana. Em janeiro de 1918, partiu o grupo de aviadores e, em maio daquele ano, um mês depois da publicação do apelo da Liga pelos Aliados, deixou o porto do Rio de Janeiro os primeiros contratorpedeiros da DNOG, a Divisão Naval em Operações de Guerra. Sobre a contribuição militar do Brasil na guerra, ver Mendonça (2008) e Vinhosa (1990: 157-183).

⁸ *Jornal do Comércio*, 8/4/1918, p. 4.

⁹ *Idem*.

¹⁰ *Idem*.

fiscalização dos bens alemães no Brasil¹¹. Como grupo de pressão, as demandas perante o Estado brasileiro eram constantes.

No dia 28 de fevereiro de 1918, a associação mandou publicar no *Jornal do Comércio* uma moção aprovada em assembleia, em que condenava o torpedeamento de outro navio brasileiro, o Taquary. Oito tripulantes morreram no afundamento, e a entidade protestava contra o que considerava uma inação do governo diante da sua nova condição. A passividade contra a qual a Liga reclamava não estava na ausência de uma efetiva participação militar. O foco agora era a permissividade do governo para com os seus próprios membros outrora partidários do Segundo Reich, em particular, e contra os imigrantes alemães de um modo geral. As sugestões apresentadas na moção eram radicais: exoneração dos funcionários públicos, civis e militares, incluindo membros dos Três Poderes que houvessem manifestado, “às claras ou às ocultas”, apoio aos alemães no conflito; a destituição dos bens de germânicos e descendentes residentes no Brasil, principalmente capitalistas e frades; e, por último, a abertura de processo criminal contra publicistas que veiculassem informações falsas sobre membros do governo.¹²

Em 24 de março de 1918, no balanço das atividades da associação no ano anterior, foi lançado novo manifesto com as mesmas reivindicações. No documento, cuja autoria era de Reis Carvalho, a Liga expressava a sua decepção para com o estado beligerante assumido pelo Brasil: após inúmeras campanhas e lutas para que o país se tornasse um combatente da “Santa Causa Aliada” – movimento cujo sucesso foi atribuído à iniciativa da associação –, o Brasil continuava a ser “mais um ex-neutro, do que um completo aliado.”¹³ Para a Liga, os resultados da entrada na guerra não correspondiam “aos legítimos ideais da

¹¹ Ver *Jornal do Comércio*, 20/4/1918, p. 4 e 11/5/1918, p. 3.

¹² *Idem*.

¹³ *Jornal do Comércio*, 24/3/1918, p. 9. Dentre os sucessos que a Liga gabava-se por atingir, constava a saída de Lauro Müller do cargo de ministro das Relações Exteriores. Sobre o episódio, Reis Carvalho afirmou: “Era então Ministro do Exterior o Teuto-Brasileiro Sr. Lauro Muller, a cuja influência perniciosa o Brasil deve o não ter procedido como devera desde o princípio, a favor da causa aliada [...]. Tal Ministro agiu tanto, que o Sr. Presidente da República chegou a assinar, referendado por esse ministro, o celeberrimo decreto em que o Brasil, de relações rotas com a Alemanha, se declarava neutro na guerra entre os Estados Unidos e a Alemanha! Felizmente a Liga Brasileira pelos Aliados não ficou inativa. Em reiteradas moções sugeriu ao Governo medidas enérgicas e imediatas. Indicou-lhe mesmo a demissão do Sr. Lauro Müller e promoveu imponente manifestação popular ao Senador Rui Barbosa, órgão máximo da Liga, como seu presidente que é, desde a fundação, em 17 de Março de 1915. A maioria dos jornais do Rio e dos Estados secundaram a campanha. E em breves dias a política internacional mudou. Da pasta do Exterior demitiu-se o Sr. Lauro Müller e para substituí-lo foi nomeado o Sr. Nilo Peçanha. A Liga pelos Aliados foi ouvida na pessoa do seu Presidente, o Senador Rui Barbosa.” Os ataques contra Lauro Müller persistiram. Nos manifestos em que a Liga requisitava o afastamento dos membros do governo e do funcionalismo público que haviam tomado uma postura pró-Alemanha, o ex-ministro era comumente mencionado, sendo a resistência do governo brasileiro em adotar as medidas sugeridas contra os alemães, segundo a entidade, uma herança da sua gestão.

nossa propaganda”, e os governantes não estavam “impregnados do verdadeiro espírito aliado”, uma vez que permanecia a indolência do governo diante do *perigo alemão*. Dizia o manifesto: “Os Alemães persistem na sua obra de penetração econômica, às ocultas e mesmo às claras, secundada pelos Teuto-Brasileiros e mais germanófilos que se proclamam, para encobrir a germanofilia, Brasileiro acima de tudo. Ainda mais: deve estar medrando a espionagem polimorfa de que os Teutos são mestres consumados”¹⁴.

Antes de elencar as atividades da associação no ano que se passara, Reis Carvalho fazia a sua profissão de fé, afirmando a continuidade das suas reivindicações. “Apesar disso, ou antes, por isso mesmo, a Liga não cessará a sua luta”, dizia o texto: o alerta e a mobilização do governo contra o *perigo alemão* tornou-se a nova incumbência da entidade, porque essa ameaça, de acordo com a sua interpretação, não afetava apenas o Brasil, mas o sucesso da causa aliada.

A entidade persistiria nessas reclamações. No mês de maio de 1918, quando se completava um ano da posse de Nilo Peçanha na pasta das Relações Exteriores, o ministro recebeu pelas mãos de Reis Carvalho, uma representação, publicada posteriormente em 8 de junho no jornal *A Rua*. O documento era assinado pela diretoria da Liga, e clamava por duras medidas militares e econômicas de combate ao *perigo alemão*, reiterando as moções precedentes.¹⁵ Segundo o documento, a tímida contribuição brasileira para a vitória aliada poderia ser contornada, desde que o governo se dispusesse a tomar providências contra a Alemanha em seu próprio território. Ou seja, reprimir as colônias germânicas. Sugeria, primeiramente, a coerção pela força: os militares brasileiros deveriam coibir qualquer tentativa de sublevação dos núcleos coloniais de origem germânica contra a integridade nacional. Segundo a ótica da Liga, essa ação seria permissível, uma vez que os teuto-brasileiros eram considerados reservas do exército germânico. A agressividade contra os alemães e sua prole se expressou na seguinte passagem: “Contra a ação agressiva desses traidores – conscientes ou inconscientes, não importa – é que devem estar preparados o exército e a armada do Brasil a fim de os expulsar do seu meio, de os conter, de os repelir e de

¹⁴ Idem.

¹⁵ A moção seria publicada novamente, em setembro, no *Jornal do Comércio*, reafirmando as reivindicações ao ministro das Relações Exteriores, não sem antes queixar-se pelo desatendimento às suas propostas. O prólogo adicionado àquela moção insistia na demissão dos funcionários públicos que haviam dado mostra de germanofilismo, e nas restrições aos alemães no país, que zombavam, segundo o texto, da “verdadeira nação, que sempre fora aliada”. Insistindo na existência de uma conspiração germânica contra o Brasil, declaravam, como suas testemunhas: “Será possível que continue e cada vez mais se acentua o desejo boche, manifestado em palestra autêntica, ouvida por membros da Liga, a dois Alemães: “que os Brasileiros vão para a guerra, é melhor; ficaremos aqui guardando a casa!” Não queremos acredita-lo a fim de não fazer contra o Governo juízos temerários”. Ver *Jornal do Comércio*, 27/9/1918, p. 8.

os esmagar na primeira oportunidade, se ousarem qualquer movimento armado em prol da criminoso causa germânica.”¹⁶

No entanto, o texto defendia que a principal colaboração do Brasil seria a proibição de atividades econômicas por parte dos colonos alemães. Nesse ponto, a Liga, reverberando o argumento da propaganda aliada, afirmava que a vitória definitiva só seria concretizada com o aniquilamento do poderio econômico do Império Alemão, pondo fim, dessa forma, a qualquer probabilidade de sucesso do plano pangermanista. “O industrial é o precursor do soldado”, dizia o documento, numa tentativa de demonstrar a ameaça contida nos laços econômicos atados com a Alemanha.¹⁷ E seguia, reiterando a necessidade do governo brasileiro de proibir o desenvolvimento de atividades econômicas por alemães, sequestrando seus bens e dividendos, agindo não apenas sobre os capitalistas e proprietários, como, também, contra qualquer forma de associação desses imigrantes, fosse laica, religiosas, militar ou civil. Eram medidas tidas por urgentes, em conformidade com as demandas da causa aliada e da segurança nacional.

Lançando mão de diversas justificativas, a Liga aproveitou o entusiasmo de Nilo Peçanha pelas relações brasileiro-estadunidenses, para lembrar ao ministro das Relações Exteriores as iniciativas daquele país para reprimir os negócios alemães em sua jurisdição. Aconselhou, inclusive, que o governo brasileiro adotasse como modelo o projeto aprovado pelo Congresso americano para dispor dos bens teutônicos. Assinalava-se que tal medida seria um ato de auxílio aos Aliados, à causa da Humanidade, e, de quebra, uma demonstração do alinhamento continental entre Brasil e Estados Unidos.

Todo esse esforço consistiria numa tentativa de representar o imigrante alemão como um inimigo nacional. No documento encaminhado a Nilo Peçanha, os alemães eram identificados como um adversário interno, cúmplices da Alemanha por corroborar suas ações de guerra e por confabularem contra a independência e integridade do território do Brasil. Na passagem abaixo, afirmou:

Se a esquadra do Kaiser pudesse transpor os mares e vir até os nossos portos; se as hordas tedescas pudessem penetrar no nosso território como penetraram no território da Bélgica, veríamos os alemães do Brasil fazer contra nós o que os alemães da Europa têm feito contra aquele martirizado país; teríamos os “dias belgas” na frase feliz do escritor patricio.¹⁸

¹⁶ *A Rua*, 8/6/1918, p. 5.

¹⁷ *Idem*.

¹⁸ *Idem*.

Vale ressaltar a mudança do tratamento dado pela associação ao imigrante e ao “perigo alemão.” Em boletins anteriores, em idos de 1915, ao abordar o assunto, a Liga reclamava do isolamento do colono teuto, porém compreendia a necessidade da sua integração à sociedade e à cultura nacional, tornando o germânico uma parte da comunidade brasileira.¹⁹ Preocupação oposta à demonstrada pela associação nos anos finais da guerra, haja vista o documento analisado acima. O recrudescimento da guerra e das atividades de propaganda aliadas, além de provocar mudanças internas à associação, endureceu o seu discurso contra os alemães. Estes passaram a ser *o outro*, retratados como o oposto, a contra imagem do que deveria ser a nacionalidade brasileira. Os imigrantes teutos, sujeitos da *kultur*, deveriam ser dominados pela autoridade cultural latina, hegemônica no Brasil, segundo os membros da Liga pelos Aliados, numa clara relação de poder (BHABHA, 2007: 63-64). E como tal, incluiu-se o aspecto coercitivo, prevendo a punição exemplar em caso de resistência ao enquadramento normativo.²⁰

Prova disso foi a reação da Liga a um incidente ocorrido em Juiz de Fora, envolvendo freiras alemãs. No dia 12 de maio de 1918, um grupo de populares exigiu que as freiras, diretoras do Colégio Santa Catarina, entregassem a bandeira imperial germânica, que havia sido hasteada no estabelecimento. De posse do objeto, estenderam-no no edifício do *Jornal do Comércio* e, à noite, entregaram-no à Liga Mineira pelos Aliados. Diante de uma multidão, o político e orador oficial da entidade, Pedro Marques de Almeida, discursou e, em seguida, ateou fogo ao pavilhão. A multidão percorreu a rua onde se localizava a associação, quebrando vidros e exigindo o fechamento dos estabelecimentos alemães, incitados pelos líderes da Liga Mineira pelos Aliados.²¹

No Rio de Janeiro, em boletim de 23 de junho de 1918, publicado no *Jornal do Comércio*, o ataque promovido pela Liga Mineira pelos Aliados foi exaltado como uma punição justa por sua congênere carioca, “uma pena imposta ao insulto atirado contra o Brasil

¹⁹ Vide a petição popular encaminhada ao Congresso Brasileiro, em junho de 1915. No documento, no que pesasse o seu reconhecimento a um plano pangermanista para a dominação mundial e a ameaça à nacionalidade brasileira representada pelas colônias alemãs, a Liga, ainda sob a batuta de José Veríssimo, requisitava ações que permitissem não só a assimilação do elemento germânico, mas do imigrante de qualquer nacionalidade. Entre as sugestões encaminhadas ao Congresso Nacional, vê-se a obrigatoriedade do ensino da história, geografia e da língua brasileiras nas escolas das colônias; o uso do português em documentos oficiais dentro das comunidades; a distribuição dos colonos de mesma nacionalidade por diferentes regiões do país, coibindo a sua aglomeração. Propostas bem diferentes das feitas pela entidade em 1918. Ver *Jornal do Comércio*, 3/6/1915, p. 4.

²⁰ Nesse aspecto, as propostas defendidas pela Liga nesse período assemelham-se às feitas por Sílvio Romero, antes mesmo da eclosão do conflito. Em 1906, no texto *O alemanismo no sul do Brasil*, Romero sugeriu ao governo brasileiro que adotasse medidas restritivas ao imigrante alemão, dentre elas, proibir a compra de grandes lotes de terreno por organizações alemãs; estacionar vasos de guerra nos portos próximos às colônias; e proteger o comércio praticado por brasileiro naquelas regiões. Ver Romero (1910).

²¹ *A Noite*, 14/5/1918, p. 4.

[...]”, segundo a associação.²² A conclusão da Liga pelos Aliados do episódio era claro: diante da negativa do governo brasileiro em agir contra os imigrantes, o povo deveria fazê-lo, tomando a justiça em suas mãos. Tal raciocínio fica evidente na seguinte passagem:

Certo não foi isso, nem o podia ser, dadas às tradições de cavalheirismo e de respeito à religião católica, cultivadas pelo povo brasileiro, uma manifestação contrária às ordens religiosas em geral, mas sim um desagravo que a dignidade cívica impôs aos insultadores do sentimento nacional. Pena é que os Governos brasileiros da União, dos Estados e dos municípios não se tenham ainda compenetrado dos seus imperiosos deveres e, por uma ação serena, decisiva e enérgica, evitando que a cólera popular seja obrigada a tais desagrvos; pois a esses Governos cabia evita-los, castigando como convêm os missionários do kaiserismo no Brasil.²³

A denúncia contra o *perigo alemão* pode ser analisada sob a ótica do receio disseminado entre a intelectualidade da primeira década do século XX diante de possíveis ameaças imperialistas. A cobiça internacional sobre as riquezas nacionais, alardeadas nos livros e nos compêndios, era relacionada não apenas ao Segundo Reich, mas aos Estados Unidos, sob a pretensa proteção da Doutrina Monroe; ou à Grã-Bretanha, com o seu império colonial. Receios estes alimentados pelas constantes demonstrações públicas de desprezo aos países sul-americanos, por parte da imprensa, de políticos ou mesmo de intelectuais dessas nacionalidades (MARTINS, 1978: 328-332).

As manifestações e demandas da Liga pelos Aliados sobre o *perigo alemão* foram feitas, igualmente, num contexto em que o governo republicano era assediado pelos representantes da *Entente* para confiscar os bens dos alemães. Algumas providências foram tomadas nesse sentido: em 7 de dezembro de 1917, foi estabelecido o decreto presidencial nº 12.740, validando os quatro artigos do decreto legislativo nº 3.393, de 16 de novembro de 1917. Estes previam a proibição das relações comerciais entre nacionais e estrangeiros residentes no Brasil com membros dos países inimigos; a suspensão da exportação de qualquer espécie, incluindo dividendos, para os mesmos; a fiscalização especial sobre as empresas de capital alemão, a suspensão das suas atividades e cassação da sua licença de funcionamento; a revisão e rescisão dos contratos de concessões de terras públicas; e a internação de súditos do Reich que se mostrassem suspeitos à causa do Brasil (PRAZERES, 1918: 199-200). Tais medidas, portanto, incidiam diretamente sobre os núcleos coloniais germânicos, interferindo sobre suas principais atividades comerciais e financeiras.²⁴

²² *Jornal do Comércio*, 23/6/1918, p. 4.

²³ *Idem*.

²⁴ De um modo geral, o governo resistiu em aplicar com rigidez o decreto. Chegando a instituir a fiscalização do Ministério da Fazenda sobre três bancos alemães no Brasil, no entanto, não permitiu a sua liquidação imediata,

A associação respaldou os países da *Entente*, sobretudo a França, nesse desejo de liquidar a participação germânica na economia brasileira. Seus boletins e moções quase sempre se manifestavam apoiando a ampliação dos interesses franceses na economia do país. A ênfase no *perigo alemão* pode não ter tido como finalidade máxima o auxílio ao esforço francês, estadunidense e britânico de ocupar o espaço alemão na economia sul-americana; no entanto, os argumentos utilizados pela Liga deixam vestígios de uma tentativa de colaboração nesse sentido.

Conclusão

A Liga Brasileira pelos Aliados manteve suas atividades até julho de 1919, quando foi dissolvida, após a assinatura do Tratado de Versalhes. Foram quatro anos de atividade intensa e ininterrupta, em que apoiaram a *causa aliada* através de campanhas beneficentes, artigos em jornais e conferências públicas. Mas, apesar do declarado objetivo principal, os intuítos da Liga eram diversos.

Suas ações indicam uma entidade preocupada em participar ativamente das decisões da esfera política brasileira. As pressões exercidas sobre o Ministério das Relações Exteriores, fosse na gestão de Lauro Müller, fosse na de Nilo Peçanha, demonstram essa intenção. Da mesma forma, a Liga buscou interferir no âmbito econômico, indicando por meio dos boletins os países com os quais o Brasil deveria manter seus negócios em tempos de guerra. Sua atuação foi política, no que concerne tanto às práticas do governo federal, quanto à ideia que possuía a respeito da nacionalidade brasileira.

No bojo dos movimentos intelectuais do final do século XIX e início do século XX, a Liga buscou definir a identidade nacional. Num momento em que o Brasil recebia grandes levas de imigrantes de diferentes origens, a Liga rejeitou a contribuição do imigrante alemão, em prol da preservação de preceitos culturais estabelecidos anteriormente, pela influência marcante da cultura francesa e portuguesa. Seu posicionamento de repúdio a novos elementos culturais expõe as tentativas de manter as raízes culturais luso-brasileiras, em vista das contestações que tal herança sofria em face não apenas da guerra europeia, como do sentimento de inclusão ao continente americano, crescente após a proclamação da República e durante os anos de 1914 e 1919.

tampouco a destituição da sua posse, conforme pressionavam os representantes da *Entente*. Ver Vinhosa (1990: 145-147).

Seja como for, a entidade pode ser interpretada não apenas como um lugar de defesa da ação da França, Inglaterra e seus partidários na guerra. Não foi exclusivamente *pelos Aliados* que se bateu nos jornais fluminenses, mas por uma determinada identidade nacional e por uma era que se encontrava em vias de modificação definitiva, pretendendo influenciar sobre os rumos culturais e políticos do Brasil. Um país que, como todo o mundo ocidental, após a Grande Guerra, não seria mais o mesmo.

Referências Bibliográficas

JORNAL DO COMMÉRCIO. Rio de Janeiro: 1915-1919.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

AUDOIN-ROUZEAU, Stéphane; BECKER, Annette. “Violência e consentimento: a ‘cultura de Guerra’ do primeiro conflito mundial”. In: RIOUX, Jean Pierre; SIRINELLI, Jean François (Org.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1997. p. 237-256.

ÁZEMA, Jean Pierre. “A guerra”. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 401-439.

AZEVEDO, Maria Helena Castro. *Um senhor modernista: biografia de Graça Aranha*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2001.

BARBOSA, Rui. *Obras completas de Rui Barbosa: Embaixada a Buenos Aires*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1981. v. 53, t. 1.

BECKER, Jean-Jacques. “A opinião pública”. In: RÉMOND, Réne (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 185-211.

BERSTEIN, Serge. “A cultura política”. In: RIOUX, Jean Pierre; SIRINELLI, Jean François (Org.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1997. p. 349-363.

CHÉRADAME, André. *O plano pangermanista desmascarado: a terrível cilada berlineza da partida nula*. Paris: Garnier, 1917.

COZZA, Dino Willy. “A participação do Brasil na Primeira Guerra Mundial”. *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*, a. 157, n. 390, Rio de Janeiro, p. 97-110, jan./mar. 1996.

GARAMBONE, Sidney. *A primeira guerra mundial e a imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

GERTZ, René. *O perigo alemão*. Porto Alegre: Universidade, 1998.

HOBSBAWM, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX. 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JACOBI, A. *Into the abyss. The legacy of the “Rape of Belgium” propaganda*. 2009. 112 f. Tese (Doutorado em História) – Georgetown University, Georgetown, 2009.

MENDONÇA, Valterian Braga. *A experiência estratégica brasileira na primeira guerra mundial: 1914-1918*. 2008. 137 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2008.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

RIOUX, Jean-Pierre. “A associação em política”. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 99-139.

SIRINELLI, Jean François. “As elites culturais”. In : RIOUX, Jean Pierre; _____. (Org.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1997. p. 347-390.

_____. “Os intelectuais”. In: RÉMOND, Réne (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 231-269.

VINHOSA, Francisco Luiz Teixeira. *O Brasil e a primeira guerra mundial: a diplomacia brasileira e as grandes potências*. Rio de Janeiro: IHGB, 1990.